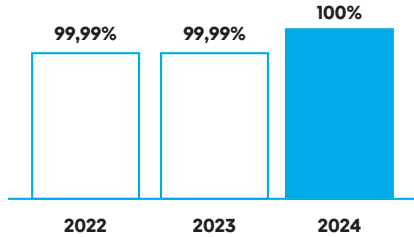


# NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048

#### 3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Santa Luzia II	500kV	28/06/2021	09/03/2048	

### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$80.021 mil (R\$78.880 mil para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III					
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	100%	80.021	2028	Junho	IPCA
SE Santa Luzia II					

### 3.1. Mensagem da Administração

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

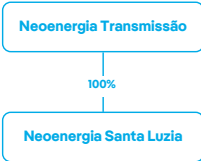
### 3.2. I. A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A.

A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltd.

#### 3.3. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



### 3.4. Desempenho Operacional

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 KV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 KV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 KV.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100% (99,99% em 2023 e 99,99% em 2022). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3</b>	<b>105.403</b>	<b>78.875</b>
<b>Custos</b>		<b>(5.303)</b>	<b>(5.814)</b>
Custos de operação	4	(5.303)	(5.814)
<b>Lucro bruto</b>		<b>100.100</b>	<b>73.061</b>
Perdas de crédito esperadas	8.1	174	(310)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(1.016)	724
<b>Lucro operacional</b>		<b>99.258</b>	<b>73.475</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5</b>	<b>(36.348)</b>	<b>(33.276)</b>
Receitas financeiras		8.645	9.609
Despesas financeiras		(45.133)	(42.946)
Outros resultados financeiros, líquidos		140	61
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>62.910</b>	<b>40.199</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>6.1.1</b>	<b>(20.212)</b>	<b>(12.136)</b>
Corrente		(205)	(98)
Diferido		(20.007)	(12.038)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.698</b>	<b>28.063</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>42.698</b>	<b>28.063</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>42.698</b>	<b>28.063</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>114.059</b>	<b>11.396</b>	<b>113.832</b>	-	<b>48.556</b>	<b>287.843</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.698
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Remuneração ao acionista (nota 13.2)	-	-	(38.444)	-	(48.556)	(10.141)
Constituição de reserva de lucros (nota 13.3)	-	2.135	-	-	(726)	(32.557)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>114.059</b>	<b>13.531</b>	<b>75.388</b>	-	<b>30.422</b>	<b>233.400</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.063
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Remuneração ao acionista (nota 13.2)	-	-	(22.654)	(304)	(6.665)	(29.623)
Constituição de reserva de lucros (nota 13.3)	-	1403	-	-	19.995	(21.398)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>114.059</b>	<b>11.396</b>	<b>113.832</b>	-	<b>48.556</b>	<b>287.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 KV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 KV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 KV. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de 2024/2025 é de R\$80.021 (R\$78.880 para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/03/2018. 1.1. **Gestão de risco financeiro e operacional:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos do setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas/subsidiárias da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominada ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desdobramentos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é decidida única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, T.JLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendi-

mentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tanto como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque, para as informações de empréstimos (veja nota 11). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating's de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	-

1.1.2. **Gestão de demais riscos associados:** (a) **Casos fortuitos e de força maior:** Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (b) **Inadimplência Extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses. Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão. A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para liberação futura. (c) **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segura
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	26,761
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100,000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	26,761
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1,000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

#### 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	105.403	78.875	26.528	34%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>105.403</b>	<b>78.875</b>	<b>26.528</b>	<b>34%</b>
Custos de construção	-	-	-	0%
Custo de operação	(5.215)	(5.726)	511	-9%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(950)	801	(1.751)	-21%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(6.165)</b>	<b>(4.925)</b>	<b>(1.240)</b>	<b>25%</b>
PECLD	174	(310)	484	-156%
<b>EBITDA</b>	<b>99.412</b>	<b>73.640</b>	<b>25.772</b>	<b>35%</b>
Depreciação	(154)	(165)	11	-7%
Resultado Financeiro	(36.348)	(33.276)	(3.072)	9%
IR/CS	(20.212)	(12.136)	(8.076)	67%
<b>LCURO LÍQUIDO</b>	<b>42.698</b>	<b>28.063</b>	<b>14.635</b>	<b>52%</b>

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 105.403 mil, +34% vs. 2023 e -R\$ 6.165 mil, +25% vs. 2023, respectivamente, respectivamente, explicadas pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual, assim como aumento da remuneração do ativo contratual.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encorrou o ano em R\$ 99.412 mil, aumento de 35%, em relação ao ano de 2023. O resultado financeiro foi negativo em R\$ 36.348 mil em 2024 (+9% vs. 2023). A variação deve-se a despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 42.698 mil, aumento de 52% em relação ao ano anterior.

### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

#### 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 502.151 mil (dívida líquida R\$ 484.185 mil), apresentando um aumento de 1% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$ 498.433 mil (dívida líquida R\$ 419.827 mil). Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 96% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Santa Luzia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Santa Luzia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Santa Luzia. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Neoenergia Santa Luzia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.750	67.785
Contas a receber de clientes e outros	8	9.658	9.792
Títulos e valores mobiliários		11.216	10.821
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	2.150	2.071
Outros tributos a recuperar		1.265	1.264
Estoques		3.316	3.316
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	80.858	77.083
Outros ativos		1.546	874
<b>Total do circulante</b>		<b>116.739</b>	<b>173.006</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	-	2
Depósitos judiciais	12.1.c	4.109	3.986
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	862	

## NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 19	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.	01/01/2027
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	96.720	95.644
Receita de operação e manutenção	7.844	7.070
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	381	-
Ganho (perda) na RAP	12.587	(14.488)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>117.532</b>	<b>88.226</b>
(i) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(12.129)	(9.351)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>105.403</b>	<b>78.875</b>

#### 3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
<b>Tributos</b>		
PIS e COFINS - correntes	(8.107)	(8.028)
PIS e COFINS - diferidos	(2.960)	(333)
	<b>(11.067)</b>	<b>(8.361)</b>

#### Encargos setoriais

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(764)	(776)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(298)	(414)
	<b>(1.062)</b>	<b>(1.190)</b>
	<b>(12.129)</b>	<b>(9.351)</b>

#### 3.2. Política contábil:

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome sistematicamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos; II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11%a.a.

### 4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas - Total
Pessoal e benefícios a empregados	(37)	(37)
Serviços de terceiros	(4.815)	(914)
Depreciação e amortização	(88)	(66)
Provisão para processos judiciais	-	240
Impostos, taxas e contribuições	(20)	(56)
Outras receitas e despesas, líquidas	(343)	(220)
<b>Total</b>	<b>(5.303)</b>	<b>(1.016) (6.319)</b>

	2023	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas - Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.111)	(722)
Serviços de terceiros	(2.758)	(1.454)
Depreciação e amortização	(88)	(77)
Provisão para processos judiciais	-	(77)
Impostos, taxas e contribuições	(43)	(53)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.814)	3.087
<b>Total</b>	<b>(5.814)</b>	<b>724 (5.090)</b>

### 5. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	8.831	9.808
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(429)	(473)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	2	13
Atualização de depósitos judiciais	241	256
Outras receitas financeiras	5	5
	<b>8.645</b>	<b>9.609</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(44.756)	(42.381)
Encargo sobre mútuo	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(222)	(392)
IOF	(44)	(66)
Outras despesas financeiras	(111)	(106)
	<b>(45.133)</b>	<b>(42.946)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(23)	(28)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	163	89
	<b>140</b>	<b>61</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(36.348)</b>	<b>(33.276)</b>

### 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

**6.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>62.910</b>	<b>40.199</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(21.389)</b>	<b>(13.668)</b>
Incentivos Fiscais	1.415	564
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	(738)	(1168)
Outras adições (reversões) permanentes	(20.212)	(12.136)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(39.922)</b>	<b>(28.816)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>30%</b>
Corrente	(205)	(98)
Diferido	(20.007)	(12.038)

#### 6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>23.596</b>	<b>22.724</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(159.752)	(138.407)
Outros	1157	691
<b>Saldo final do período</b>	<b>(134.999)</b>	<b>(114.992)</b>
Passivo não circulante	134.999	114.992

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(114.992)</b>	<b>(102.954)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(20.007)	(12.038)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(134.999)</b>	<b>(114.992)</b>
<b>6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar</b>		
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Imposto de renda - IR	2.004	2.073
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	126	-
	<b>2.130</b>	<b>2.073</b>
Ativo circulante	2.130	2.071
Ativo não circulante	2	2

**6.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste e SUDAM, exclusivo para as companhias da região Norte. Os incentivos fiscais, proveem à Companhia o benefício fiscal da redução de até 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam o risco de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal

com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2023
Programa de integração social - PIS	15.675	15.167
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	72.206	69.868
Outros	1.354	989
<b>Outros tributos</b>	<b>89.235</b>	<b>86.024</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	469	477
Outros encargos setoriais	92	111
<b>Encargos setoriais</b>	<b>568</b>	<b>588</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>89.803</b>	<b>86.612</b>
Passivo circulante	1.032	912
Passivo não circulante	88.771	85.700

### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	3.307	3.498
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.487	-
Fundos de investimento	1.956	64.287
	<b>6.750</b>	<b>67.785</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Carteira</b>		
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	1.956	64.287
	<b>1.956</b>	<b>64.287</b>

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atrelada à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

### 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024		2023	
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Concessionárias	9.947	(289)	9.658	10.255
	<b>9.947</b>	<b>(289)</b>	<b>9.658</b>	<b>(463)</b>
Ativo circulante		9.658		9.792

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Perdas de crédito esperadas	Receivél	Perdas de crédito esperadas	Receivél
A vencer	9.628	(32)	8.923	(33)
<b>Saldos vencidos:</b>				
entre 1 e 90 dias	27	(5)	852	(170)
entre 91 e 180 dias	52	(21)	338	(135)
entre 181 e 365 dias	42	(33)	70	(53)
acima de 366	198	(198)	72	(72)
	<b>9.947</b>	<b>(289)</b>	<b>10.255</b>	<b>(463)</b>

#### 8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(463)</b>	<b>(153)</b>
Adições	(747)	(310)
Reversões	921	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(289)</b>	<b>(463)</b>

**8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

### 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>943.524</b>	<b>911.522</b>
Circulante	80.858	77.083
Não circulante	862.666	834.439

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>911.522</b>	<b>910.082</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(77.413)	(75.335)
Remuneração do ativo contratual	96.720	95.644
Adições e mensuração do ativo contratual	12.695	(18.869)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>943.524</b>	<b>911.522</b>

**9.1. Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP contratual são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

### 10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Materiais e serviços	18.013	18.773
<b>Total</b>	<b>18.013</b>	<b>18.773</b>

### 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

**11.1. Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Agências de fomento	502.151	498.433
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>502.151</b>	<b>498.433</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(6.750)	(67.785)
(-) Títulos e valores mobiliários	(11.216)	(10.821)
<b>Dívida líquida</b>	<b>484.185</b>	<b>419.827</b>

**11.2. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. **a) Saldos dos contratos por moeda:**

	2024	2023
<b>Denominados em R\$</b>		
Indexados a taxas flutuantes	503.493	499.918
(-) Custos de transação	(1.342)	(1.485)
	<b>502.151</b>	<b>498.433</b>
Passivo circulante	22.286	20.860
Passivo não circulante	479.865	477.573

**b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida:** A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autoriza

# NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

### 14.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2048	215	2.095
a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2048	184	1.708
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2026	1.056	3.115
b)	Elektro O&M	Serviços de O&M	IPCA	5 anos	2048	(364)	(3.161)
d)	Neoenergia Transmissão	Dividendos	N/A	N/A	2024	(1.948)	-

**14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

### 15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.794	1.956	3.498	64.287
Títulos e valores mobiliários	-	11.216	-	10.821
Contas a receber de clientes e outros	9.947	-	10.255	-
Outros ativos financeiros	1.520	-	-	-
	<b>16.261</b>	<b>13.172</b>	<b>13.753</b>	<b>75.108</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	18.013	-	18.773	-
Empréstimos e financiamentos	502.151	-	498.433	-
Outros passivos financeiros	2.716	-	1.259	-
	<b>522.880</b>	<b>-</b>	<b>518.465</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado  
VJR – Valor justo por meio do resultado

**15.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 (análise de sensibilidade).

**15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros	Nível 2	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.956	64.287
Títulos e valores mobiliários	11.216	10.821
	<b>13.172</b>	<b>75.108</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

### 15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	502.151	502.151	498.433	498.433

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex:

Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **15.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Cenário)		Impacto Cenário	
				Nacional	Provável	(II)	(III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	14.659	1.763	(264)	(529)
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(503.493)	(46.389)	(3.838)	(7.676)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA			
Fabiano Uchoas Ribeiro	Fabrício Duque Estrada Meyer Chagas		
<b>Diretor de Operações</b>	<b>Diretor Financeiro</b>		
CONTADORA			
Rachel Alves Pascale			
<b>CRC-RJ-Nº 115915/O-3</b>			

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

## Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Janete Im Hayashi  
Contadora  
CRC nº 1 SP 303811/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 20/02/2025  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/20/SANTALUZIA1580929520022025.pdf>  
Hash: 174189348779b4a725f334db1bff726a65ece3074